

**ATA DA 307ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – GESTÃO 2025-2027**

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de 2026, sob convocação agendada para as 14h10min aconteceu a 307ª (tricentésima sétima) reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Cotia – CMAS gestão 2025-2027, realizada por videoconferência através da plataforma Zoom <https://zoom.us/j/95306438824?pwd=bEJqcnFYc05EdC9POU9MamJFNVJPZz09>. Participaram da reunião: Mariza Rodrigues Ferrarese, Marcela de Fátima Lino, Kelen Garcia, Dra. Edna Silva e Silva, José Bertuol, Samantha de Mello Sznick Lopes, Renata dos Santos Anastácio, Célia Cristina Souza Fagundes, Camila de Souza D. de Oliveira, Silvia Cristina T. Lucas, Fabrício Leiva, Larissa (Lar Emmanuel), Adriano Pires de Oliveira, Mariza Rodrigues Ferrarese, Andrea Maria Costa, Ângela Serrano Gregório, Yasmim Santos Amaral, Marcela de Fatima Lino, Rosangela Dias de Carvalho Rodrigues, Marisa Martins, Veronica Costa, Maria Fernanda, Janice Jane Testa, Marcelo Nicolini, Kristina da Atitude de Amor, Geuza da Aliança da Família, Fátima do CEPRO, Amanda da Abrahipe, Joelito Ferreira do CRAS Caputera, Edhit do TABEA, Claudinéia Magalhães e Maria Angélica Gomes Balanco. A reunião foi convocada para trataram da seguinte pauta de assuntos: 1- Apresentação para deliberação da ata ordinária nº 306; extraordinárias 54, 55 e 56; 2- Devolutiva dos processos de inscrição/renovação de OSCS no CMAS Parecer Favorável: (a) Lar Francisco Cândido Xavier; b) Fundação Maria Carolina; c) Associação Filantrópica Criança Feliz; d) Assistência Social Atitude de Amor; e) Fundação de Rotarianos de São Paulo CEPRO; f) Lar Escola Agrícola A Semente; g) Associação Batista -TABEA; h) Pequeno Cotelengo -Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos e i) Pequeno Cotelengo Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência de 19 a 58 anos; e desfavorável o pedido de inscrição no CMAS do Instituto Morgan; 3-Plano Municipal de Assistência Social 2026 a 2029 e Informes Gerais e Assuntos Extrapauta, com inclusão dos seguintes assuntos: a) prestação de contas. A reunião foi iniciada após confirmação de quórum. A presidente, Kelen Garcia, cumprimentou os participantes e justificou breve atraso devido à agenda intensa de reuniões. Em seguida passou para o item 01 da pauta. 1- Apresentação para deliberação da ata ordinária nº 306; extraordinárias 54, 55 e 56. As atas haviam sido encaminhadas previamente por e-mail aos conselheiros. Não havendo apontamentos ou solicitações de alteração, foram aprovadas por unanimidade. Item 02- **Devolutiva dos processos de inscrição e renovação**. A presidência passou a palavra à comissão responsável pela análise dos processos de inscrição e renovação das organizações. Foi informado que, em razão da alteração normativa, as organizações já inscritas passaram a apresentar apenas relatório de atividades e plano de trabalho. Considerando o período de adaptação, a comissão analisou os documentos encaminhados e emitiu parecer favorável às seguintes organizações: Lar Francisco Cândido Xavier (acolhimento institucional para idosos; Fundação Maria Carolina – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; Associação Filantrópica Criança Feliz (SCFV); Atitude de Amor – serviço de convivência para idosos; Fundação de Rotarianos – serviço profissionalizante; Lar Agrícola Semente – acolhimento para crianças e adolescentes; Associação Batista TABEA – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; Cotelengo – acolhimento para pessoas idosas; Cotelengo – acolhimento para jovens e adultos com deficiência de 18 a 59 anos e Centro Profissionalizante Rio Branco - CEPRO-programa de formação e socio aprendizagem profissional. As renovações foram submetidas à plenária e aprovadas sem manifestações contrárias. A comissão apresentou parecer desfavorável

ao pedido de inscrição do Instituto Morgan. Foi realizada leitura do parecer técnico, destacando que: o objeto apresentado no plano de trabalho não se enquadra na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; a proposta caracteriza fornecimento de profissionais para atuação em equipamentos públicos; a atuação apresentada configura extensão administrativa da gestão municipal; houve identificação de ausência de autonomia e territorialidade; o modelo apresentado caracteriza terceirização de mão de obra, prática vedada pela NOB-RH/SUAS e pela LOAS; não foi identificado serviço socioassistencial próprio com metodologia e público definidos. A presidente ressaltou que o conselho reconhece a importância do serviço executado, porém a forma de execução apresentada não atende às normativas vigentes da assistência social. Após discussão, o plenário deliberou favoravelmente ao indeferimento do pedido de inscrição do Instituto Morgan no CMAS. A representante da Paulus, Maria Fernanda informou que a entidade recebeu solicitação de adequação documental referente ao pedido de inscrição no conselho e solicitou reunião com a comissão de análise para esclarecimento de dúvidas, considerando o prazo próximo para devolutiva. A presidente orientou que a solicitação fosse formalizada por resposta ao e-mail recebido, inclusive solicitando dilação de prazo, se necessário. O conselheiro Marcelo Nicolini Teixeira orientou consulta à Resolução CNAS nº 17/2011, especialmente artigo 1º, parágrafo único, inciso I. A representante agradeceu os esclarecimentos. Foi informado que os demais processos protocolados seguem em análise pela comissão, que se reúne semanalmente às quartas-feiras. Também foi esclarecido que, em casos de urgência, o conselho poderá emitir declaração informando que a documentação foi apresentada e está em análise, para fins de apresentação a órgãos solicitantes. Passando ao próximo ao item 03 da pauta. **Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029.** Foi iniciado o debate sobre o Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029. A presidência informou que o documento passou por apreciação dos conselhos, técnicos e equipes dos CRAS, permitindo contribuições para sua construção. A equipe técnica esclareceu que: o plano contempla os serviços socioassistenciais previstos para os próximos quatro anos; o documento poderá sofrer alterações futuras mediante apreciação do conselho; ainda serão inseridos mapas territoriais dos CRAS; posteriormente os mapas poderão sinalizar os serviços da rede socioassistencial; o município ainda deverá elaborar o Plano Decenal da Assistência Social até 2036; o conteúdo do plano atual servirá de base para construção do plano decenal; o plano integra o chamado “CPF da assistência social”, correspondente a Conselho, Fundo e Plano. Foi registrado agradecimento ao apoio técnico do Conselheiro João Antônio na formatação final do documento. Durante as discussões, a presidente sugeriu a inclusão de metas relacionadas à efetivação da contratação da equipe SUAS, especialmente diante das dificuldades envolvendo terceirizações e adequação à NOB-RH/SUAS. Também foram debatidas: novas normativas referentes ao Cadastro Único; necessidade de ampliação de recursos humanos; questões relacionadas aos serviços voltados à pessoa idosa; alinhamentos futuros entre assistência social, saúde e Ministério Público; necessidade de constante atualização do plano. A conselheira Rosângela Dias apontou: ausência da faixa etária de 18 a 59 anos em trecho do item 4; necessidade de melhor detalhamento sobre coletivos de atendimento; ajuste na redação referente ao transporte realizado pelas organizações da sociedade civil. As observações foram acolhidas para adequação do documento. A plenária deliberou pela aprovação do Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029, considerando que se trata de documento dinâmico e passível de atualização contínua mediante resolução. Angélica informou que houve liberação judicial do credenciamento da Organização Prohacc para serviço de acolhimento para crianças e adolescentes no município de Cotia.

A presidência solicitou prioridade na análise documental apresentada ao CMAS pela OSC Prohacc para inscrição no Conselho, encaminhada pela organização para conclusão do processo junto ao Ministério Público e Poder Judiciário. A Secretária Executiva informou sobre o pedido de desligamento Jamily Larusso do CMAS. Considerando que a conselheira ocupava cadeira titular representando os profissionais da assistência social, deliberou-se pela convocação do suplente Marcos para assumir a titularidade. Assunto extrapauta: Discussão sobre a Residência Inclusiva. A presidência trouxe novamente ao conselho o caso da usuária Emily, já debatido em reuniões anteriores. A presidente explicou que anteriormente houve decisão judicial atribuindo o caso à saúde; posteriormente houve revogação da tutela anteriormente concedida; a situação voltou a gerar discussão sobre a responsabilidade pelo atendimento. Foi destacado que a usuária apresenta comportamentos incompatíveis com o perfil da Residência Inclusiva, colocando em risco os demais residentes. A equipe técnica informou que atualmente há quatro residentes na unidade e que novos acolhimentos estão comprometidos em razão da situação apresentada. Representantes do Cotolengo manifestaram preocupação quanto à continuidade da parceria caso haja obrigatoriedade de acolhimento da usuária no serviço. A equipe técnica e jurídica reforçou que: a Residência Inclusiva possui perfil específico definido pelo SUAS; o caso demanda atendimento especializado na área da saúde; a situação envolve risco aos demais usuários; há outros casos semelhantes em acompanhamento no município. Também foi informado que o jurídico já interpôs recursos em relação às decisões judiciais. O conselho tomou ciência da situação e das possíveis consequências para manutenção do serviço no município. Assunto extrapauta: Prestação de contas – Capacitação em Brasília. A presidência informou que participou, juntamente com o gestor de parcerias Adriano, de capacitação em Brasília referente aos fundos da assistência social. Foram apresentadas à Comissão de Finanças notas fiscais de passagens; hospedagem; alimentação; demais comprovantes relacionados à participação no evento. A comissão manifestou parecer favorável à prestação de contas, ressaltando a necessidade futura de regulamentação específica para custeio e ressarcimento de participação de conselheiros da sociedade civil em eventos, conferências e capacitações. Foi explicado que o Conselho da Pessoa Idosa já possui regulamentação semelhante em fase de implementação, servindo como referência para os demais conselhos. A prestação de contas foi submetida à plenária e aprovada pelos conselheiros presentes. **Informes finais.** Foi informado sobre capacitação a ser realizada na OAB de Osasco, no dia 20 de maio, promovida pelo SNAS, inicialmente destinada aos profissionais dos municípios, com previsão posterior de abertura para entidades. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 15h16. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 15:16h e para constar segue assinada pela Presidente e Secretária do CMAS.

Kelen Garcia
Presidente do CMAS

Samantha de Mello Sznick Lopes
1ª Secretária do CMAS